

Enseñar, formarse, teorizar

Gabriela Dors Battassini¹

EXPERIMENTAÇÕES NA DOCÊNCIA EM HISTÓRIA COM O PATRIMÔNIO CULTURAL

Introdução

Neste texto me proponho a refletir sobre algumas experiências como professora de História em turmas de sexto ano do Ensino Fundamental², na cidade de Nova Petrópolis, que se localiza na região Nordeste do Rio Grande do Sul. Desde o final de 2014 trabalho neste município, na mesma escola, com as séries finais do Ensino Fundamental. A escola onde atuo está localizada em um distrito chamado Pinhal Alto e recebe muitos estudantes de localidades da área rural.

A criação desta escola remete ao ano de 1908, quando a educação na região ficou por muitos anos a cargo da própria comunidade, que havia se formado por volta de 1858, quando ocorre a chegada de imigrantes alemães na região. A escola passa para a administração estadual em 1968 e desde então muitas mudanças ocorrem, mas essa contextualização inicial me ajudou a compreender, como professora de outra cidade, que a realidade em que eu estava me inserindo está ligada a história dos teuto-brasileiros e às formas que construíram suas identificações étnicas. Isso se fez sentir logo nos primeiros contatos com as/os estudantes, era convidada para ir à missa da Igreja Católica aos domingos, perguntavam se eu já havia ido a algum baile na sociedade local, ou se conhecia o Kerb³ promovido pela comunidade.

É comum entre as/os estudantes falas positivas sobre a localidade e a cidade de forma geral, comentando sua beleza e locais turísticos. Através de observações, conversas, situações de ensino, fui identificando que as/os estudantes possuem suas concep-

¹ Professora de História da rede estadual do Rio Grande do Sul. Mestranda em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Ensino fundamental é uma das etapas obrigatórias da educação básica no Brasil. Tem duração de nove anos, com início aos seis anos de idade.

³ A expressão Kerb vem de Kirchweihfest (festa anual que lembra a inauguração da igreja de uma determinada paróquia). O Kerb na localidade de Pinhal Alto foi retomado há mais de uma década, e é realizado anualmente, em homenagem à Padroeira Imaculada Coração de Maria, expressando a religiosidade dos moradores locais. É um momento de integração das famílias, mas que recebe muitos turistas, que querem assistir aos jogos, participar de baile, jantas, entre outros momentos culturais.

Enseñar, formarse, teorizar

ções a respeito da história da cidade, que para eles inicia com a chegada dos imigrantes alemães e evolui politicamente, se tornando município. Uma fala de um estudante de 5º ano demonstra essa constatação: *Antes da colônia provincial de Nova Petrópolis ser criada em 07 de setembro de 1858, não tinha casas, prédios, nem nada, era só mato. Os imigrantes alemães chegaram e povoaram nosso município e fundaram a colônia. Naquele tempo era muito difícil a locomoção e para isso os imigrantes abriram picadas ou trilhas pela mata. Com o tempo Nova Petrópolis foi expandindo e com isso foi emancipada pois pertencia a outros municípios.* Porém, quando começa a história de uma região? Em relatórios⁴ de diferentes diretores da colônia provincial foram mencionados avistamentos e contatos com grupos indígenas neste período. Pesquisas arqueológicas realizadas na década de 1960 mostram que a ocupação do território que viria a ser Nova Petrópolis tem uma história mais longínqua.

Logo no início do ano temos a oportunidade de explorar as concepções dos estudantes a respeito da cidade, pois dia 28 de fevereiro é aniversário de Nova Petrópolis e os professores são convidados a realizar atividades em aula que possibilitem incluir o município em seu planejamento. Para o professor das séries finais do ensino fundamental, que não está iniciando em uma escola nova, é com a turma de sexto ano, principalmente, que está ocorrendo as primeiras aproximações. Os estudantes se sentem à vontade para comentar o que já desenvolveram nesta data em anos anteriores e manifestar suas impressões.

Em muitas falas, por exemplo, surgem frases como: *ano passado elaboramos uma linha do tempo sobre fatos históricos do município.* Quando pergunto que ano, ou que fato, iniciava essa linha do tempo, alguns respondem: *em 1824 com a chegada dos imigrantes alemães em São Leopoldo*, outros dizem *em 1858 com a Fundação da Colônia de Nova Petrópolis.* Eu pergunto o que acontece depois da chegada dos imigrantes, e alguns arriscam palpites *eles precisam conseguir comida, precisam abrir espaço no mato, derrubar árvores, pra construir suas casas.* Quando pergunto se as outras pessoas que já moravam aqui fizeram contato com os alemães eles se surpreendem, alguns dizem que foram os imigrantes que povoaram a região, falam que em outras cidades já existiam moradores, mas aqui acham que não. Quando é comentado sobre a presença de povos indígenas em momentos anteriores a chegada dos imigrantes alemães, muitos

⁴ Estes ofícios encontram-se no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Enseñar, formarse, teorizar

ficam surpresos e realizam perguntas, gerando um debate entusiasmado. Outras atividades que eles relatam com frequência diz respeito a pesquisas sobre pontos turísticos da cidade.

É recorrente em muitas turmas a ideia de que os imigrantes encontraram uma natureza a ser desbravada, que chegaram em um local com mata densa a ser povoado e não relacionam a existência de outros habitantes para esta região antes, ou durante, a colonização. As falas dos estudantes sobre períodos anteriores a chegada dos imigrantes alemães me motivam a elaborar planejamentos de situações de ensino em que essa concepção possa ser debatida e suas visões ampliadas. O currículo do sexto ano é propício para a discussão desse tema. Em nossa escola o ano letivo é organizado por trimestres. Entre os estudos previstos para o primeiro trimestre, na disciplina de História, está a abordagem sobre as origens da humanidade e seus deslocamentos, a ocupação do continente americano, a diversidade de povos indígenas que viveram onde hoje é o atual território brasileiro, com ênfase para os espaços territoriais em que nos encontramos. Nesse sentido, são elaboradas situações de ensino que contam com saberes da arqueologia, incorporando propósitos pedagógicos inspirados por leituras a partir da perspectiva da arqueologia pública e da educação patrimonial.

Essa abordagem tem retorno positivo dos/as estudantes, porém eu procurava meios de compreender se certas concepções que foram relatadas anteriormente estavam sendo instigadas. À medida que entro em contato com autores que discutem as abordagens da educação patrimonial no campo do ensino de História, passo a indagar minhas proposições, para modificar e ampliar algumas práticas. Neste contexto é que realizo um movimento de análise sobre as aulas, as influências que orientam seu planejamento e passo a formular outras experimentações. É esse movimento de análise sobre experiências vividas, sobre alguns aportes teóricos que as influenciam, o confronto com novas leituras e a possibilidade de ampliar as experiências que serão tratados neste texto.

Investigações sobre caminhos percorridos

Se certas leituras me confrontam, com quais aportes teóricos estava operando? Para realizar o debate com algumas questões de natureza teórica que envolvem certas práticas de ensino, fui levada a rememorar períodos iniciais da minha formação docente. Por alguns semestres da graduação fui voluntária no Laboratório de Ensino e Pesquisa

Enseñar, formarse, teorizar

Arqueológica da Universidade de Caxias do Sul (LEPAR-UCS)⁵. Participei em momentos relacionados ao desenvolvimento de um projeto que em sua metodologia buscava incluir e envolver as pessoas da comunidade em sua pesquisa, sob a ótica da arqueologia pública, da arqueologia comunitária, da educação patrimonial, e lembro que nos aproximamos da comunidade através da escola. Compreendo que minhas leituras sobre as formas de aproximar o público e a arqueologia através de práticas de Educação Patrimonial me tornaram uma professora preocupada em incluir a arqueologia em minhas aulas.

O termo "arqueologia pública" foi cunhado por McGimsey (1972) e ao longo dos anos adquiriu novos significados, que não são necessariamente incompatíveis, mas estão relacionados ao contexto de cada local. Nesta perspectiva, compartilhamos a concepção da arqueologia pública como uma área que analisa e busca melhorar a relação entre arqueologia e a sociedade, dessa forma se torna um compromisso assumido pelos arqueólogos para tornar a arqueologia mais relevante para a sociedade contemporânea (Matsuda e Okamura, 2011: 4).

Outro conceito elencado, foi o de Educação Patrimonial. No Brasil, a denominada Educação Patrimonial, surge no âmbito dos museus e é apropriada pela agência federal de gestão do patrimônio brasileiro e pelas instituições educacionais (Gil e Possamai, 2014). Como explicar o que é Educação Patrimonial? Eu pensava ter uma resposta simples para esta pergunta: Educação Patrimonial diz respeito às ações educativas que envolvem algo relativo ao patrimônio cultural. Porém, podemos nos questionar: Que patrimônio? Quais práticas educacionais estarão presentes? Como os estudantes são pensados neste processo? O caráter dos projetos, a forma como este conceito é compreendido, bem como sua apropriação, pode variar conforme o âmbito de onde partem as ações educativas e a perspectiva teórica de quem as concebe. Em um primeiro momento, em minhas aulas, eu procurava, de uma forma dialógica, apresentar aos alunos de sexto ano o patrimônio arqueológico de povos caçadores, coletores e ceramistas que habitaram a região. Em uma perspectiva de interação e reconhecimento desse patrimônio, para valorizar a história das populações humanas que viveram na região em tempos pretéritos.

Realizava diálogos iniciais, perguntando o que sabiam sobre a história da nossa espécie e como poderíamos estudar essa história. Diferentes situações de ensino ocor-

⁵ A Universidade de Caxias do Sul é uma instituição de ensino superior desta cidade localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, Brasil. É um município limítrofe com Nova Petrópolis.

Enseñar, formarse, teorizar

rem para aprofundar esse diálogo inicial. Em determinado momento os estudantes participavam de uma ação educativa no LEPAR-UCS. Essa ação educativa envolvia um momento de conversa sobre conceitos relacionados a arqueologia, a participação em uma oficina de escavação arqueológica simulada⁶, com a reflexão sobre o material encontrado e após visitavam uma exposição sobre pesquisas realizadas na região. As etapas e conceitos trabalhados na oficina ocorriam de uma forma lúdica e aproximavam os estudantes do conteúdo estudado em sala de aula.

A atividade desenvolvida na oficina acima recebia orientação da equipe do laboratório, e posteriormente em aula outros momentos ocorriam, guiados e orientados para que os estudantes interrogassem imagens e objetos (a quem poderiam pertencer, em que época foram feitos, sua funcionalidade). Em momento em que não era possível levar os estudantes até o LEPAR-UCS, realizamos na escola etapas semelhantes, como a escavação simulada, a análise de material arqueológico, que também era emprestado deste local. Trazer a arqueologia e a análise de objetos para as aulas de forma ativa e significativa possibilita a interação dos alunos com fontes primárias, favorece a criação de hipóteses e a introdução de parte do conteúdo a ser ministrado. No decorrer dessas situações de ensino, quando os estudantes eram questionados sobre a existência de pesquisas arqueológicas em Nova Petrópolis, quem se manifestava afirmava que não sabia se haviam ocorrido pesquisas arqueológicas na cidade e seus comentários sugeriam que para eles, antes da chegada dos imigrantes alemães, a terra era desabitada.

As aulas seguiam apresentando imagens aproximadas da forma de vida dos povos que ocuparam o Rio Grande do Sul e Nova Petrópolis, os estudantes realizavam pesquisas e desenvolviam atividades (dicionários ilustrados, infográficos, maquetes, entre outras). Algumas falas dos alunos e alunas mostraram que estavam motivados em realizar estes estudos: *Que show! Porque nunca estudamos isso antes?*; *Arqueologia vai ser minha profissão no futuro*; *Nossa turma pode fazer experiências de escavação com os menores pra ensinar eles também*; *Podemos ir até os locais na cidade onde estão os sítios?*. Ficava muito feliz com a empolgação de quem se manifestava. Eu pretendia que eles se interessassem pela matéria e via seu envolvimento. Penso que em certa medida

⁶ É importante que o/a professor/a converse com os/as estudantes sobre uma escavação ocorrer quando existem boas razões que a justifiquem, pois mesmo com todo o rigor e registros específicos, os locais escavados são “destruídos”.

Enseñar, formarse, teorizar

ocorre a compreensão do papel de arqueólogos/as no estudo de evidências e a ampliação de suas visões acerca de outros momentos de ocupação do território.

Ao lembrar as aulas, ou consultar materiais produzidos em aula, sinto uma inquietação, pensando como estes estudantes acomodam estes saberes com suas visões anteriores sobre a colonização da região. Como imaginam e compreendem as relações e encontros entre diferentes etnias, qual é a relação que estabelecem com o patrimônio arqueológico que é estudado e o seu próprio patrimônio? As falas de estudantes, provocações a eles da minha parte, debates espontâneos, me mostram que gostam das aproximações com a arqueologia, que se surpreendem ao saber a respeito das pesquisas arqueológicas, porém não me dão respostas satisfatórias para responder meus questionamentos. Penso que algumas abordagens podem ter ocorrido de maneira muito rápida ou necessitavam de outras metodologias para que minha inquietação fosse solucionada.

Continuo acreditando na relevância em aproximar os saberes da arqueologia e as aulas de História, porém traçando caminhos onde o patrimônio arqueológico não seja apenas reconhecido em sua existência, mas faça parte de problematizações mais abrangentes. A maior parte das leituras que até então havia realizado não partiam do campo do Ensino de História. Nesse sentido, procurei realizar um levantamento bibliográfico para compreender como pesquisadores do campo tem lidado com essa temática. Vou apresentar parte dos resultados desses levantamentos, pois a análise de dissertações e artigos encontrados contribuíram para colocar minhas próprias aulas em perspectiva, refletindo sobre aproximações e distanciamentos em relação aos meus propósitos.

6

Como ocorre a abordagem do patrimônio arqueológico no Ensino de História?

Para um caminho de busca a respeito de pesquisas que envolvem o tema, realizei um levantamento em três grandes plataformas. Em um primeiro momento esse levantamento ocorreu no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁷, entre as Dissertações do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio

⁷ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é a entidade responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, que responde pela proteção e promoção dos bens culturais do país.

Enseñar, formarse, teorizar

Cultural do IPHAN⁸. Em outro momento realizei um levantamento no Portal Capes, que conta com um acervo significativo relacionado a produção científica brasileira e internacional e no repositório EduCapes, por ser também um importante portal com acervo voltado ao uso de alunos e professores, com diferentes materiais.

O site que dá acesso às dissertações de mestrado do IPHAN nos mostra 145 estudos, onde selecionamos 4 para analisar. Entre os critérios de busca estavam pesquisas que tratavam de educação e patrimônio arqueológico. De maneira geral, essas dissertações apresentam uma visão crítica aos projetos⁹ de Educação Patrimonial que não demonstram uma discussão renovada, que desenvolvem na escola, por exemplo, uma didática visando a simples divulgação de um patrimônio. Ressaltam a importância de estabelecer um diálogo com a comunidade onde este projeto acontece.

Outra crítica diz respeito a projetos que vinculam pressupostos de educar para a conscientização, para levar as pessoas a conhecer determinado bem cultural para que elas preservem e zelem pelo patrimônio. Mas este patrimônio é definido por especialistas e “repassado” para os grupos locais. Indicam que o esperado é que as comunidades sejam sujeitos do processo. No âmbito da educação formal existe o reconhecimento da importância de estabelecer uma didática apropriada para projetos de arqueologia, onde sejam criadas estratégias em conjunto com professores e estudantes.

No acervo do Portal Capes e EduCapes as buscas foram realizadas utilizando alguns filtros relacionados ao ensino de História, patrimônio arqueológico, educação, arqueologia. De acordo com nossos critérios chegamos a oito artigos. Estes artigos em sua maioria apresentam experiências de educação patrimonial que foram levadas por arqueólogos e arqueólogas para as escolas. Alguns projetos surgem no âmbito das universidades e museus, outros acontecem por determinação legal, uma vez que, no Brasil, ocorre o desenvolvimento de estudos arqueológicos no licenciamento ambiental e estes estudos obrigatoriamente devem realizar ações de Educação Patrimonial.

⁸ Este mestrado decorre da experiência do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP), implementado em 2004, que buscava formar profissionais para atuarem no campo da preservação do patrimônio cultural. O PEP foi recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 2010. Em 2011 a Capes aprovou a proposta de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. Informações retiradas do site <http://portal.iphan.gov.br/pep/pagina/detalhes/1850>

⁹ Os projetos analisados nestas dissertações são referentes aos que foram desenvolvidos no contexto de licenciamento ambiental. No Brasil, ocorre o desenvolvimento de estudos arqueológicos no licenciamento ambiental e estes estudos obrigatoriamente devem realizar ações de Educação Patrimonial.

Enseñar, formarse, teorizar

Estes artigos apresentam referenciais teóricos diversos, porém existe uma confluência ao promover o encontro da escola com suas pesquisas e quando escrevem que entre os objetivos de seus projetos nas escolas está a intenção de sensibilizar, contribuir para a importância da valorização e preservação do patrimônio cultural. As atividades desenvolvidas por estes profissionais têm geralmente a duração de um ou dois dias, e podem envolver, com algumas variações, um primeiro momento de conversa com estudantes, seguido de um momento de oficinas, onde nos casos analisados versaram em jogos, fabricação de vasilhas de argila ou escavação simulada.

Em algumas situações examinadas, em que arqueólogos/as estabelecem relações de ensino-aprendizagem em ambiente escolar, suas análises sobre a abordagem pedagógica ganham dimensões que considero díspares. Os relatos sobre atividades desenvolvidas têm o predomínio de atividades educativas sob uma ótica de “conhecer, valorizar, preservar”. Mas as análises sobre expectativas pós-intervenção sugerem que com as atividades mencionadas estes profissionais estariam ensinando, por exemplo, pessoas leigas a ter participação efetiva em escolhas patrimoniais ou que estão dando um caráter problematizador a realidade que cerca os estudantes, que fomentam o desejo de mudança na sociedade atual. Ao realizar as leituras por vezes senti que a reflexão intelectual expressada vai além dos elementos pedagógicos construídos. Embora eu considere muito importante os projetos que chegam às escolas, penso que deve existir um cuidado na sua dimensão avaliativa, para que se possa pensar nos limites das ações de educação patrimonial desenvolvidas.

Barcelos e Silva (2015) analisam cartilhas elaboradas para as ações de Educação Patrimonial, que foram utilizadas em contexto escolar, com o objetivo de verificar quais as imagens sobre a Arqueologia e os arqueólogos que estas cartilhas oferecem a este público. De maneira geral, a maioria das cartilhas apresentam a noção de que a Arqueologia é uma ciência que estuda o passado remoto, destacando o passado indígena, em um trabalho que se dá através de escavações. Alertam para alguns materiais que reproduzem estereótipos e enfatizam que nenhuma das cartilhas analisadas apresenta perspectivas mais contemporâneas sobre arqueologia, que estuda sociedades humanas em qualquer tempo, procurando entender relações socioculturais entre os humanos através da cultura material. Barcelos (2016) ao refletir sobre eixos norteadores da proposta de uma

Enseñar, formarse, teorizar

oficina realizada com docentes, escreve que quer escapar da noção preservacionista que impera nas questões patrimoniais.

O autor pretende que sua intervenção estimule reflexões sobre a relação entre pessoas e “coisas” materiais, atentando para o estabelecimento de escolhas, seleções, para que se pense como algo passa a ser um patrimônio. Barcelos transparece a intenção de levar estes docentes a viver experiências de compreender construções de patrimônios, através de oficinas que iniciam com seus objetos pessoais. Para ele um dos papéis da arqueologia nas escolas pode ser construir as concepções sobre patrimônio em conjunto, discutindo sobre atribuições de sentido. Essa perspectiva é inspiradora para nosso propósito de ampliar algumas práticas de ensino. Muitas vezes realizei experiências semelhantes para estudar fontes históricas com os estudantes, ou pesquisar objetos familiares. Mas diante da discussão que se estabelece em relação as aproximações da arqueologia e da aula de História, considero que posso reformular meus planejamentos para que o início dos conteúdos do primeiro trimestre partam do contemporâneo, do estudo sobre a cultura material e patrimônios dos estudantes para assim dialogar com o patrimônio arqueológico, e as questões que envolvem seleções e ausências.

As discussões a partir dos levantamentos realizados nos repositórios, bem como artigos que apresentam visões distintas, contribuiram para compreender quais são as concepções que aparecem quando patrimônios são pensados para serem estudados na escola. Me deparei com trabalhos que partem em sua maioria de profissionais da arqueologia. Estas leituras me fizeram reavaliar algumas práticas de ensino, pensando nas inquietações a partir da análise de aulas já ocorridas. Embora eu seja uma professora de História, pense diferentes vivências a partir da realidade onde atuo, com estudantes que por vezes irão conviver comigo por alguns anos, e não realize apenas oficinas pontuais, percebo que algumas situações de ensino desenvolvidas se aproximam de exemplos identificados nos artigos de arqueólogos/as analisados.

Ao mesmo tempo, concordo com as reflexões que partem de vivências com os objetos pessoais, para que se realize posteriormente outros questionamentos e estudos, assim o foco recai nos sujeitos, nos estudantes, e não propriamente nos bens culturais. Leituras realizadas nas disciplinas cursadas no Mestrado Profissional em Ensino de His-

Enseñar, formarse, teorizar

tória¹⁰ proporcionaram uma compreensão de que a temática do patrimônio é um tema crescente no ensino de História. Foram essas leituras que também contribuíram para pensar que existem muitos caminhos para ensinar história com o patrimônio cultural e estão sendo levadas em consideração para reformular práticas de ensino e elaborar novos planejamentos.

Possibilidades de ampliar e vivenciar outras experiências

Ao investigar nas dissertações dos mestrados profissionais em Ensino de História que relações e significados se estabeleceram entre educação patrimonial e Ensino de História, Gil e Pacievitch (2019) indicam que a categoria que mais aparece nas problemáticas dos trabalhos é o patrimônio como ferramenta para ensinar História. O entendimento que prevalece é sobre o predomínio de uma ferramenta para conhecer, valorizar e preservar o passado. Essa percepção limita o trabalho com o patrimônio nas aulas de história. Gil e Pacievitch (2019) consideram que “não cabe ao ensino de história valorizar memórias, mas debatê-las, descortinando processos de seleção, atribuição de valores e silenciamentos”.

Levando em consideração que um dos desafios atuais é construir projetos de educação patrimonial, tomando o patrimônio como documento para o ensino e, assim, problematizar e debater as práticas culturais que engendram patrimônios (Gil e Possamai, 2014, pg. 22), acredito que devo considerar novas implicações para as aulas de História com o sexto ano. Se compreendermos o patrimônio como resultado das dinâmicas históricas das quais fazem parte diferentes agentes sociais, é imprescindível que os estudantes apresentem suas visões e reflitam sobre elas, para debatermos em conjunto as concepções sobre patrimônio, que envolvem seleções e ausências. Retomando a exposição feita na introdução deste texto, relembro que entre os estudos previstos para o primeiro trimestre com o sexto ano, na disciplina de História, está o estudo sobre povos indígenas que viveram onde hoje é o atual território brasileiro, com ênfase para os espaços territoriais em que nos encontramos. Neste sentido, este conteúdo curricular estará presente no decorrer das aulas, em conjunto com o diálogo sobre patrimônio arqueoló-

¹⁰ O Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), é oferecido em rede nacional no Brasil. É um programa de pós-graduação stricto sensu reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC).

Enseñar, formarse, teorizar

gico, que ocurrirá intercalado com as interrogações sobre certos patrimônios reconhecidos pelos estudantes.

Para reorientar minhas práticas, penso em um conjunto de situações de ensino, compostas por diferentes momentos, que levem os estudantes a viver experiências de construções do patrimônio. Que ocorra a realização de estudos sobre temas patrimoniais, considerando o patrimônio como uma construção histórica e social. Assim, entre as principais problemáticas que se apresentam para ampliar e projetar outras experimentações, é como identificar quais são os patrimônios da cidade de Nova Petrópolis reconhecidos por estudantes de uma turma de 6º ano; como discutir tais patrimônios com estes estudantes; como problematizar as visibilidades elencadas sobre o município, ensinando história com o patrimônio arqueológico.

Estas intenções estão em construção e podemos pensar algumas possibilidades. Antes de entrar no conteúdo específico sobre povos caçadores, coletores, ceramistas, os estudantes são convidados a escolher algo seu, pessoal, que tenha significado importante. Podem explicar essa escolha, realizar observações, escrever como se relacionam com tal elemento. Os/as estudantes também serão convidados a escolher algo que represente a família, que tenha significado importante para sua família, realizando os mesmos questionamentos anteriores. Dessa maneira teremos possibilidade de realizar uma conversa, perguntando como ocorreu a opção pelo que eles/elas trouxeram, refletir sobre os significados que são atribuídos para esses elementos, pensar nas suas culturas materiais como algo que possui história. Essa proposta pode se desdobrar posteriormente em estudos sobre a arqueologia, traçando paralelos com o trabalho do/a arqueólogo/a, que busca compreender relações socioculturais através da cultura material. Assim, podemos através de uma mapa virtual com diferentes sítios arqueológicos do Rio Grande do Sul, refletir sobre o que representou para aqueles indivíduos os vestígios de sua cultura que temos acesso, nos questionar sobre suas intencionalidades, suas escolhas, que podem ser vistas também no presente, nas modificações de paisagens e outros fatores perceptíveis até hoje.

Para investigar que patrimônios de Nova Petrópolis são reconhecidos por estudantes do 6º ano, foi pensada a proposta de elaboração de uma carta/convite. Cada estudante da turma de 6º ano é convidado a elaborar uma carta para enviar a alunos/as de

Enseñar, formarse, teorizar

uma escola de outra cidade convidando para conhecer Nova Petrópolis¹¹. É importante que possam escrever de forma livre esse convite, pensem como podem se apresentar, falar dos seus gostos, da sua relação com a cidade, dar a sua visão pessoal sobre o lugar onde vivem. Através dos escritos nestas cartas será possível observar elementos representativos da cidade que os estudantes selecionam para comunicar a outros estudantes. Em outro momento pode ocorrer a realização de uma leitura, de um texto previamente selecionado, sobre patrimônio cultural. Após a leitura conjunta, é apresentado aos estudantes um quadro geral dos elementos representativos da cidade que apareceram nas cartas de toda a turma, para estabelecer um debate sobre suas escolhas, o que pensam e argumentam sobre elas, para pensar na ideia de patrimônio presente nas cartas, se fariam outras seleções após o estudo do texto, se existem outras referências culturais que não aparecem nas cartas.

Com o intuito que as/os estudantes possam questionar como sabem o que sabem, se aproximem das seleções que levam à maior visibilidade de alguns elementos e a ausência de outros, pensamos em apresentar o sumário e trechos do livro que estes estudantes utilizaram no 4º ano, quando estudaram a história local. Para que eles comentem se falta algo, ou se algum assunto poderia estar mais desenvolvido. Também pensamos em realizar atividades com imagens do Museu Municipal, para pensar nos objetos dispostos, nas escolhas pensadas para as exposições. Assim podemos ampliar em conjunto a compreensão dos motivos que levam algo a ser elegido, quem decide, com base em quais critérios, estimulando a análise de contextos nos quais eles estão inseridos. Por fim pretendo questionar mais diretamente o porque a história dos povos indígenas não aparecia em suas falas, pensar se eles consideram que esta história pode estar mais presente nos estudos sobre a cidade e de que formas.

Estas metodologias estão em construção, pensadas como respostas provisórias às minhas inquietações. Se as falas de estudantes continuam me intrigando, e ao revisar aulas anteriores fica em aberto como acomodam seus saberes e outras aprendizagens, busco experimentações que ainda são iniciais, mas se transformarão em fontes para melhor refletir sobre as práticas desenvolvidas. Assim seguimos nesse contínuo processo de feitura e reflexões.

¹¹ Essa sugestão de atividade pode ser repensada de acordo com a situação que se encontrar os espaços públicos, em função da pandemia do Covid-19.

Enseñar, formarse, teorizar

Referências Bibliográficas

- BARCELOS, Artur. H. F.; SILVA, A. F. Entendi. Não Entendi. A divulgação da arqueologia nas cartilhas de Educação Patrimonial. In: FUNARI, P.P.; Campos, Juliano B.; RODRIGUES, M.H.S.G.. (Org.). Arqueologia Pública e Patrimônio: questões atuais. 1ed.Criciúma: UNESCO, 2015, v. 1, p. 17-50.
- DEMARCHI, J. L. O que é, afinal, a educação patrimonial? REVISTA CPC (USP), v. 13, p. 140-162, 2018.
- GIL, Carmem Zeli de Vargas; PACIEVITCH, Caroline. Patrimônio e Ensino no ProffHstória: Discussões teórico-metodológicas. Revista Eletrônica Documento/Monumento, v. 26, p. 281-299, 2019.
- GIL, Carmem Zeli de Vargas; POSSAMAI, Z. R. Educação patrimonial: percursos, concepções e apropriações. Mouseion (UniLasalle), v. 1, p. 13-26, 2014.
- Matsuda, A. y Okamura, K. (2011): "Introduction: New Perspectives in Global Public Archaeology". En Matsuda, A. y Okamura, K. (eds.): New Perspectives in Global Public Archaeology. New York: Springer, pp. 1-18.
- SCIFONI, S. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. REVISTA CPC (USP), v. 14, p. 14-31, 2019.
- SCIFONI, S. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: Átila Bezerra Tolentino. (Org.). Educação Patrimonial. Reflexões e práticas. 1ed., 2012, v. 1, p. 30-37.
- TOLENTINO, Átila B. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. REVISTA CPC (USP), v. 14, p. 133-148, 2019.

Artigos e Dissertações Consultadas

- BAIMA, Carlúcio de Brito. A Educação Patrimonial nos projetos de Arqueologia de Contrato: reflexões e contribuições, 2016. 151 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2016.
- BERTOLO, Ana Izabela. Perspectivas dos processos de Musealização do Patrimônio Arqueológico no estado de Rondônia, 148 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2017.
- CAMPOS, J. B.; SANTOS, M. C. P. ; ZOCHE, J. J. ; PAVEI, D. D. ; CEZARO, H. S. ; RIBEIRO, A. L. M. ; CARRER, L. N. ; OSTETTO, L. C. . Ações de educação patrimonial no extremo sul catarinense: incentivando a escola a preservar o patrimônio arqueológico. REVISTA DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA, v. 12, p. 3-13, 2018.
- DEMATHÉ, Alexandre. Entre sambaquis, redes e naufrágios: arqueologia costeira no Parque Arqueológico do Sul – SC. 2014. 244 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

Enseñar, formarse, teorizar

- FABBRI, Glauco Pasquali. Arqueologia Preventiva no Rio Grande do Norte. 2014. 353 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.
- FAGUNDES, Marcelo. Arqueologia e Educação - Programa Arqueologia e Comunidades para crianças e adolescentes no vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, v. 11, p. 855-869, 2013.
- LIMA, Leilane Patricia de; FRANCISCO, Gilberto da Silva. O que é isso? Para que serve? Quem são vocês? O que fazem? Uma experiência de Arqueologia Pública em Paranã. Arqueologia Pública (UNICAMP), v. 1, p. 49/62, 2006.
- MACHADO, Neli Galarce; DEVITTE, Natalia; SCHNEIDER, Patrícia; KREUTZ, Rogério. Ação difusora: o patrimônio cultural e ambiental regional por meio do “Arqueólogo por um dia”. REVISTA DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA, v. 11, p. 87-105, 2017.
- OLIVEIRA, Luciane Monteiro; OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures. Educação patrimonial, memória e saberes coletivos. Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), v. 17, p. 75-84, 2004.
- PEREIRA, Washington Kuklinski. Escavar, descobrir e aprender: a arqueologia no processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica. Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and Society V. 05, ed. especial, mai., 2019.
- SILVA, Marcos. Além das coisas e do imediato: cultura material, História Imediata e ensino de História. Tempo [online]. 2006, vol.11, n.21, pp.82-96.
- ZAMPARETTI, Bruna Cataneo; PINHEIRO, Micaella Schmitz; LUIZ, Carolina Porto. Ação de educação patrimonial na comunidade de Campo Bom, município de Jaguairuna-SC. Revista Confluências Culturais, v. 8, p. 131-142, 2019.